

“Cabo Verde e o Sector da Água”

Quadro institucional do setor da água e saneamento em Cabo Verde

Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

Salvaterra de Magos, 14 de Fevereiro de 2010

Hércules J. Vieira – PCA da ANAS

Agenda

1

Contexto da reforma e quadro institucional do setor

2

O Papel da ANAS como autoridade nacional

3

As orientações estratégicas- objetivos e instrumentos

4

Os provedores dos serviços de água e saneamento

5

Desafios de mobilização e gestão dos recursos hídricos

Contexto da reforma – Orientações políticas

Definição de uma **visão estratégica** para o sector.

Coordenação sectorial **integrando água e saneamento**

Definição de um quadro **normativo e regulamentar**

Nova estrutura organizacional, identificação de uma **“Entidade de Coordenação Nacional” para o sector.**

Entidades gestoras eficientes e autónomas (administrativa e financeiramente)

Contexto da reforma – Principais dimensões

REFORMA NACIONAL

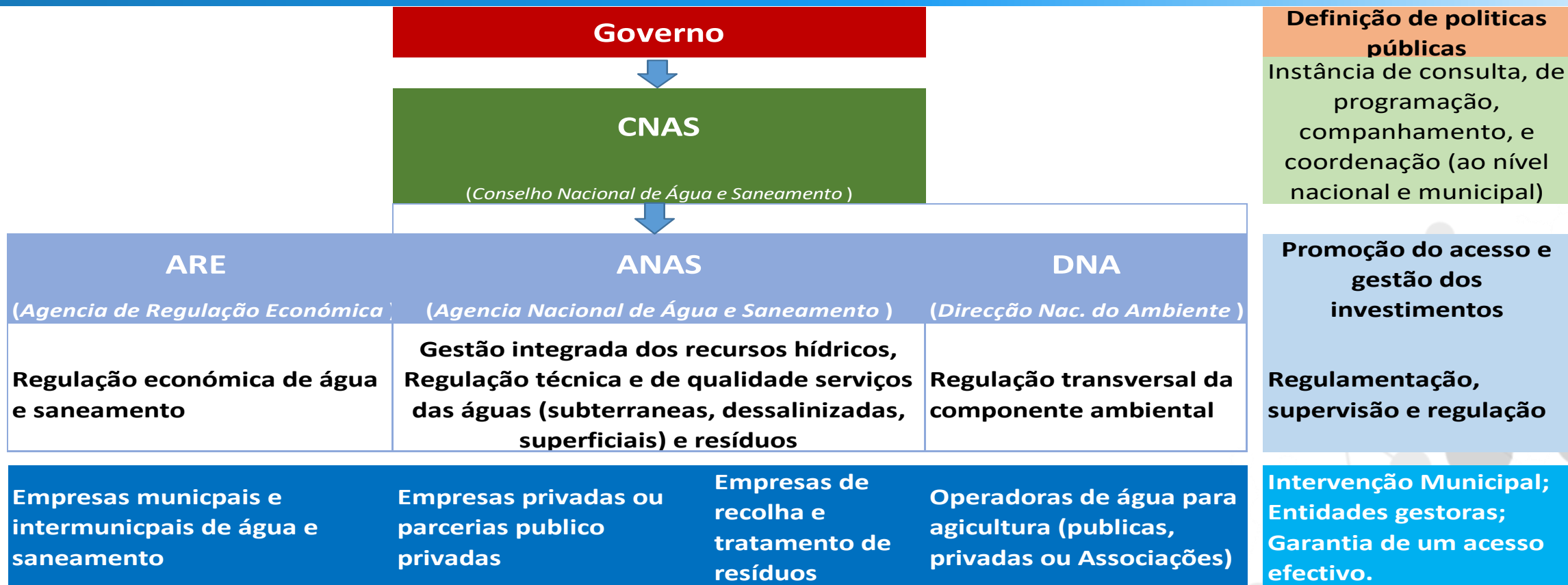
Reforma Institucional - criação e reforço das instituições (**CNAS, ANAS, DGA, ARE**).
Clarificação do quadro institucional e regulatório

REFORMA MUNICIPAL E LOCAL

Reformas dos Provedores de Serviços de Água e Saneamento -
Gestão empresarial; economia de escala; Ganhos de eficiência -
Empresas intermunicipais

Reforma Legislativa e de Regulação -
Revisão harmonização do quadro legal

O Quadro institucional do sector



Outras Instituições envolvidas no sector: Ministério de Desenvolvimento Rural (MDR), Direcção Geral de Saúde.....

O Quadro institucional do sector: **ANAS** - Agencia Nacional de água e Saneamento



Águas
superficiais

Águas
subterrâneas

Águas
dessalinizada

Águas
residuais

Resíduos
sólidos

implementação das **políticas, gestão integrada dos investimentos** no sector
...planeamento estratégico, regulação técnica, supervisão, monitorização dos serviços de
águas e resíduos em todo território nacional

Instrumentos de orientação estratégica e de regulação

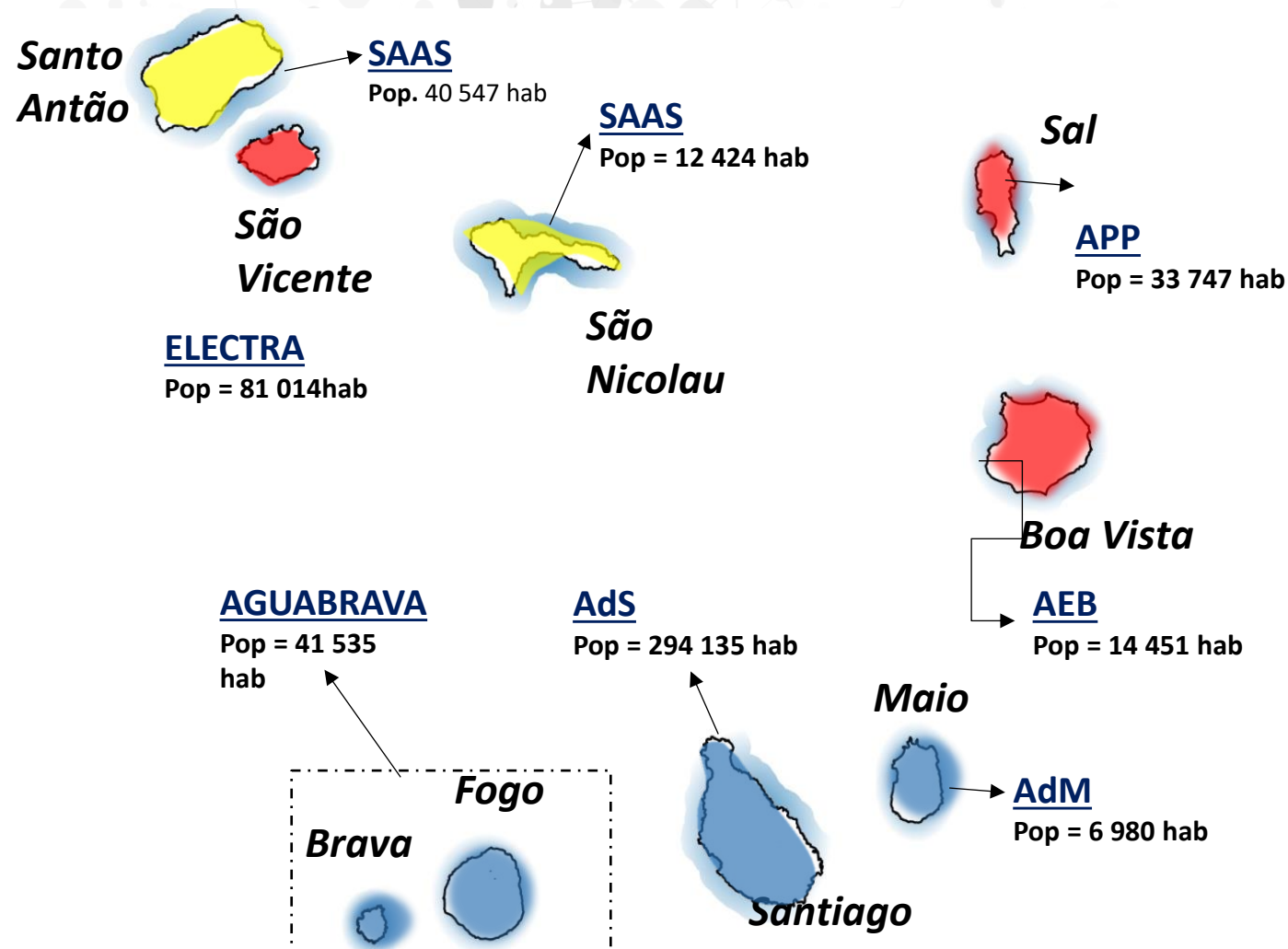
- **PLENAS** - Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento
 - **ESG** -Estratégia Social e Género para o sector
 - **CAS** - Código Água e Saneamento
 - **PDAS** - Plano Director de Água e Saneamento/ilha
 - Padrões de qualidade das águas (consumo, agricultura e água residual tratada)
 - Regulamento geral de sistemas públicos
- **FASA** - Mecanismo de financiamento aos investimentos no sector da Água e Saneamento
 - **Regime Jurídico dos Serviços**

Objetivos estratégicos

- **Água para satisfação dos usos domésticos**
 - ✓ cada cidadão tem o direito à água segura e ao saneamento adequado
 - ✓ acesso a um mínimo de 40 L por pessoa em cada dia
 - ✓ limitação a 90 L por pessoa em cada dia
- **Saneamento**
 - ✓ criação de condições tais que permitam que todas as pessoas possam aceder a práticas higiénicas
 - ✓ acesso a soluções de saneamento individual, adequadamente concebidas, localizadas e executadas
- **Níveis de serviços**
 - ✓ cumprimento da legislação sobre a qualidade da água;
 - ✓ continuidade do abastecimento de água 24 horas por dia
 - ✓ contenção das perdas de água nos sistemas de abastecimento de água em valores inferiores a 20%;
 - ✓ custo dos serviços de água e saneamento proporcionados à população residente em permanência não deve exceder 5% dos correspondentes rendimentos familiares [*]

Provedores de serviços de água e saneamento

- **Empresas municipais e intermunicipais**
 - ✓ “AdS”- Aguas de Santiago (= 9 municípios)
 - ✓ Aguas do Maio (AdM)
 - ✓ AGUABRAVA (Região Fogo e Brava)
- **Empresas Capital Público, Privadas e PPP:**
 - ✓ APP- “Aguas de Ponta Preta” (Sta Maria -Ilha do Sal)
 - ✓ ELECTRA – Eletricidade e Água de CV
 - ✓ AEB – “Água e Energia da Boavista”: (Gov+SDTIMB+grupo Espanhol)
- **SAAS - Serviços Autónomos de Água e Saneamento:**
 - Ilhas de S. Antão e S.Nicolau



Regime Jurídico dos Serviços de Água

Pressupostos:

- *Por razões de proximidade, a governança e gestão dos serviços públicos de água deve pertencer por regra aos Municípios, cabendo ao Estado uma intervenção supletiva.*

- **Titularidade dos serviços**
 - Regra ---» Municípios
 - Exceção ---» Estado

Regime Jurídico dos Serviços

- Melhora a gestão dos contratos por parte do parceiro público.
- Atribui maior segurança jurídica no sentido de atrair iniciativa privada com competências e capacidade para acrescentar valor à prestação destes serviços essenciais.
- Corrige fontes de disfuncionalidade identificadas em contratos de concessão passados.

➔ **Diploma autónomo** : A aprovar como Lei (*Pela Assembleia ou autorização legislativa*)

Regime Jurídico dos Serviços de Água

MODELOS DE GESTÃO DOS SERVIÇOS

Entidade titular

Modelo de gestão

Municípios

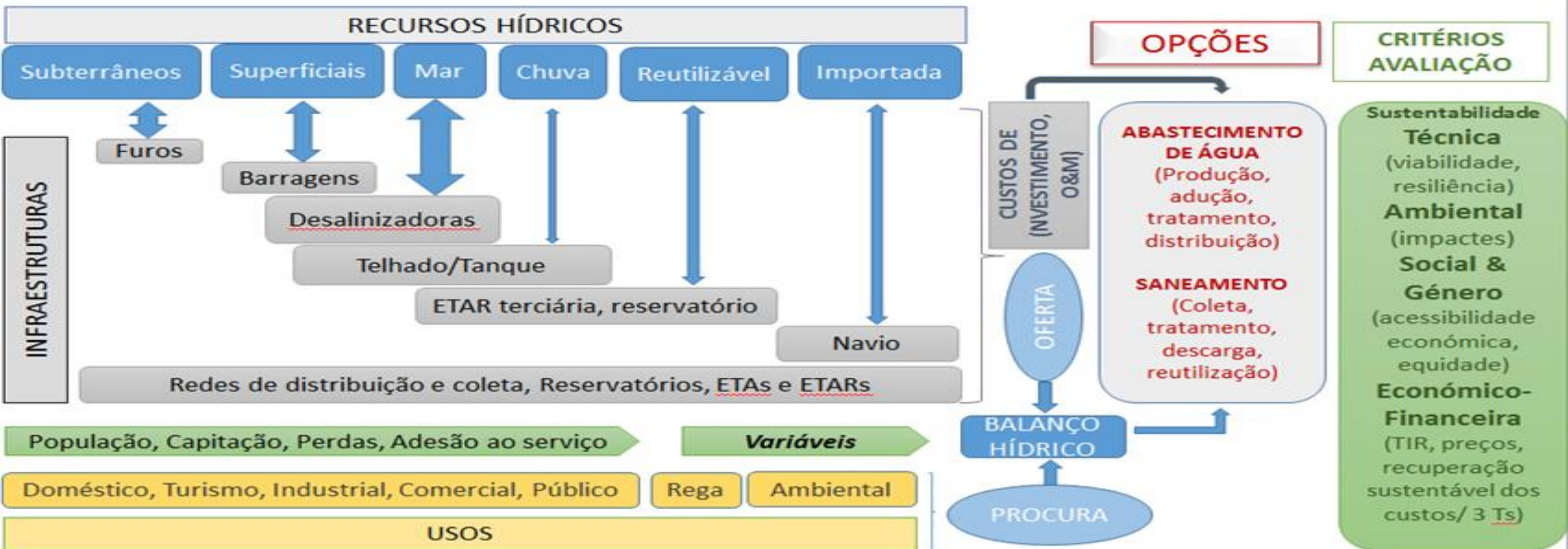
Gestão direta: A prossecução dos serviços pela própria entidade titular ou essa prestação seja efetuada por serviços autónomos

Gestão delegada: A atribuição dos serviços a entidade gestora com autonomia jurídica, criada para o efeito pela entidade delegante e integrada no setor empresarial municipal ou no setor empresarial do Estado

Gestão concessionada: A atribuição por procedimento de contratação pública que assegure uma efetiva concorrência dos serviços a entidade gestora de capitais privados

PDAS – Plano Director de Água e Saneamento [ilha]

INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO MUNICIPAL PARA O SETOR



Desafios de mobilização e monitorização dos recursos hídricos

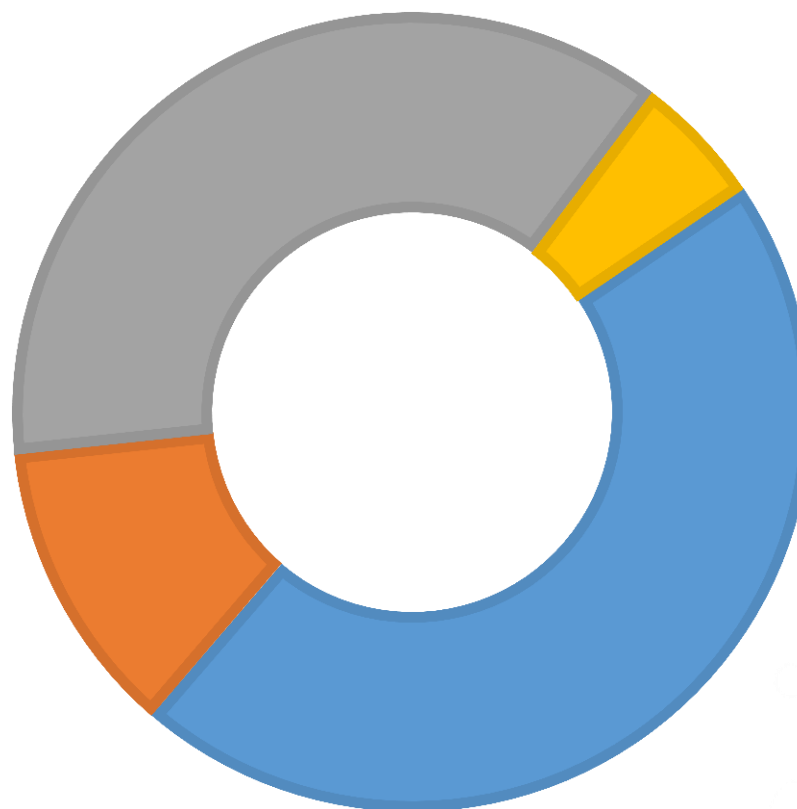
Recursos hídricos: Desafios de mobilização da água

→ Exploração de **águas Subterrâneas** - Volumes e usos em 2016-aprox. 8×10^6 m³/ano



**Rega Gota-
Gota
37%**

**Rega
Tradicional
12%**



**Indústria
5%**

**Abasteciment
o
46%**

Recursos hídricos: Desafios de mobilização da água

→ **Dessalinização** como recurso estratégico (*Dar resposta às necessidades atuais e futuras*)



Local	Capacidade instalada (m3/dia)			Previsão de aumento (2018-a 2020)	Operadora
	nr	unidade	Total instalada		
Sal-Palmeira	2	1000	2.000		ELECTRA
Sal-Palmeira	2	1200	2.400	10.000	ELECTRA
Sal-Sta Maria	2	500	1.000		APP
Sal-Sta Maria	2	1000	2.000		APP
S.Antão-P.Novo	2	500	1.000		APN
S.Vicente	3	1.000	3.000	10.000	ELECTRA
S.Vicente	3	1200	3.600		ELECTRA
S.Nicolau	2	500	1.000		SAAS
Boavista	3	1200	3.600		AEB
Maio	1	350	350		AdM
Maio	2	100	200		AdM
Santiago	3	5000	15.000	35.000	ELECTRA
TOTAL			35.150	55.000	

Recursos hídricos: Desafios de mobilização da água

Mobilização de águas superficiais



Barragem	Localização (ilha)	Ano de conclusão	Capacidade da albufeira (hm ³)	Volume água disponível para rega (m ³ /ano)	Área a irrigar (ha)
Poilão	Santiago	2006	1,7	1.200.000	100
Saquinho	Santiago	2013	0,7	563.000	66
Salineiro	Santiago	2013	0,7	596.000	58
Faveta	Santiago	2013	0,7	536.000	86
Figueira Gorda	Santiago	2014	1,8	1.455.000	105
Canto da Cagarra	Santo Antão	2014	0,4	360.000	65
Banca Furada	São Nicolau	2014	0,45	300.000	35
Flamengos	Santiago	em construção	0,85	852.600	80
Principal	Santiago	Em construção	0,7	520.000	85
Total			8	6.382.600	680

Águas residuais – Tratamento e reutilização

Capacidade de tratamento das ETAR

Ilha	Localidade	Capacidade instalada para o tratamento na ETAR (m ³ / dia)	Início de funcionamento	Tipo/Processos de tratamento
Santiago	Tarrafal	663	2007	Tratamento Secundário
	São Miguel	800	2014	Tratamento Secundário
	Santa Cruz	1000	2009	Tratamento Secundário
	Santa Catarina	(225)	2014	Tratamento Secundário
	Praia	8120	1997	Tratamento Terciário
São Vicente	Ribeira De Vinha	2250 (excluindo a ampliação)	1987	Tratamento Secundário
Sal	Santa Maria	1000	2005	Tratamento Terciário
Boa Vista	Chaves	1000	2008	Tratamento Secundário
	Lacação	1000	2011	Tratamento Secundário

Monitorização, controlo e supervisão

PCQA - Programa de Controlo de qualidade da água



Monitorização, controlo e supervisão

SNIRH-CV - Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos SIRAS – Sistema de Informação Regulatória de Água e Saneamento

INÍCIO

INVENTÁRIO

INFRAESTRUTURAS

EVENTOS

MONITORIZAÇÃO

LICENCIAMENTO

INDICADORES

CONTA

GESTÃO

SAIP



■ Qualidade dos serviços de águas

- Avaliação da qualidade do serviço por EG (20)
- Avaliação da qualidade do serviço por indicador de AA (17)
- Avaliação da qualidade do serviço por indicador de SAR (17)

■ Qualidade da água para consumo humano

- Avaliação da qualidade da água por entidade gestora (20)
- Avaliação da qualidade da água por parâmetro (49)

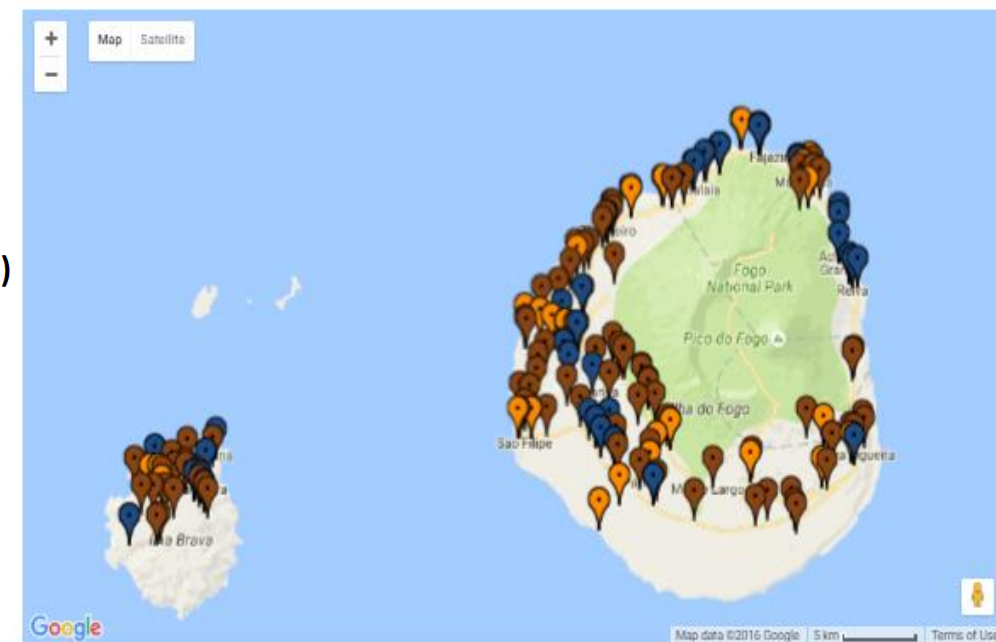
■ Situação económica e financeira dos serviços

- Avaliação económica e financeira dos serviços por EG (20)
- Avaliação económica e financeira dos serviços por indicador (12)

■ Externalidades dos serviços

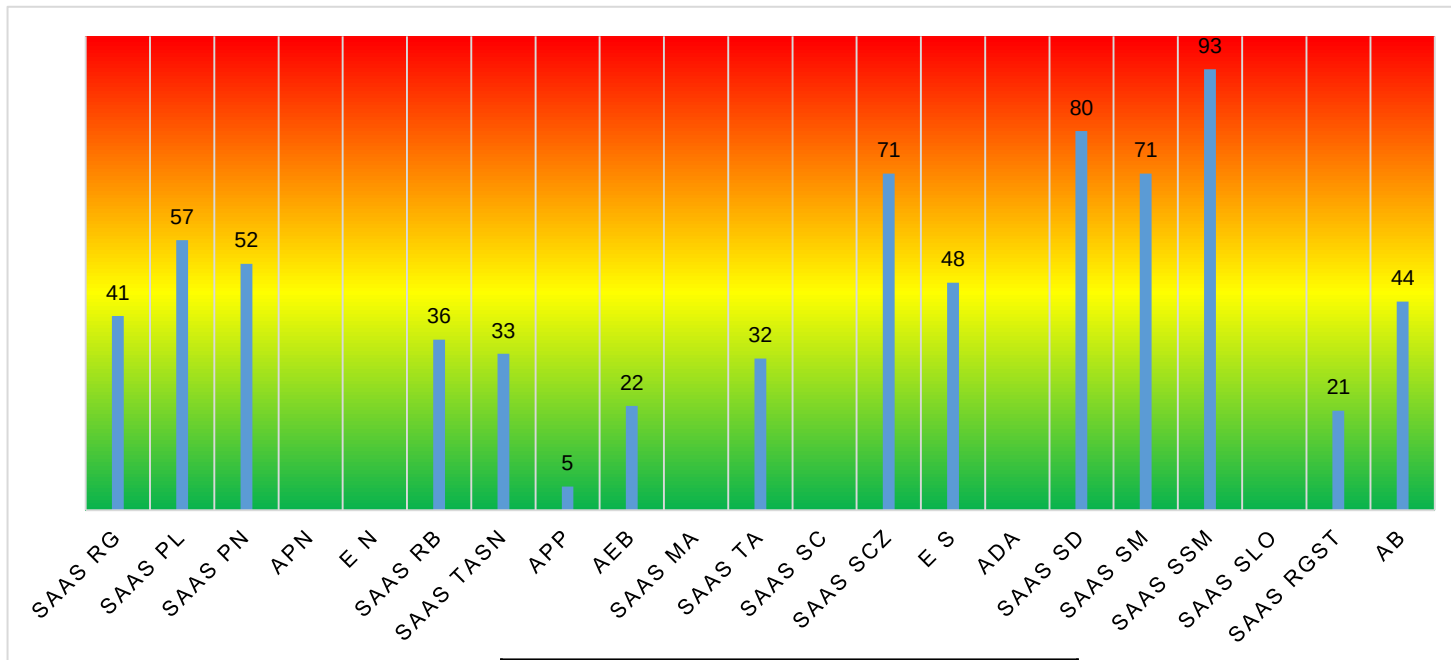
- Avaliação das externalidades dos serviços por ilha (9)
- Avaliação das externalidades dos serviços por indicador (16)

Mapa



Monitorização, controlo e supervisão

RASAS – Relatório Anual dos Serviços de Água e Saneamento



Bandas de referencia	
	Avaliação boa
	Avaliação mediana
	Avaliação insatisfatória



Relatório Anual dos Serviços de Água e Saneamento em Cabo Verde RASAS-CV 2015



Outros Desafios

- Melhoria do desempenho técnico e comercial na vertente energética
- Incremento da componente renovável na matriz energética do sector
- Uso conjugado de águas superficiais entre Agricultura e usos domésticos (ETA para as águas superficiais)
- Impulso à criação de uma empresa de logística ao serviço das operadoras

Parceria técnica com as Entidades Gestoras Municipais e os parceiros do sector a diferentes níveis (ANAS, Parceiros de desenvolvimento internacionais, parceiros privados, universidades)

Muito obrigado pela vossa atenção

Hercules.vieira@anas.gov.cv



Parceria Portuguesa
para a Água

Cofinanciado por:

COMPETE
2020

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional